

XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

A POLÍTICA URBANA EM MARABÁ-PA NO CONTEXTO DO ESTATUTO DA CIDADE E AS INTERFACES COM AS QUESTÕES REGIONAIS E AGRÁRIAS

GLEICE KELLY GONÇALVES DA COSTA¹

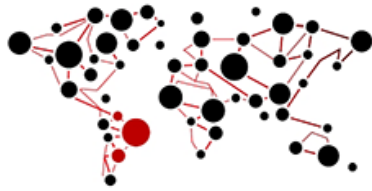
Resumo

Este trabalho tem como objetivo evidenciar a inserção do Município de Marabá, no Estado do Pará, nas políticas de desenvolvimento urbano e regional projetadas para a Amazônia a partir da década de 1970, destacando a relação entre as dinâmicas urbanas, agrárias e regionais nessas políticas. Essa relação é fortalecida por sua condição de cidade regional no contexto da Amazônia Oriental, que teve sua formação com a importância das expressões socioeconômicas extrativistas da goma elástica da borracha e da castanha do Pará, em um primeiro período, e com a chegada das rodovias, dos projetos de colonização, da exploração madeireira, da agropecuária e dos projetos minerais desde a década de 1970. Nesse contexto, Marabá tornou-se área de segurança nacional e as ações políticas voltadas ao espaço urbano de maior notabilidade foram a implementação do modelo de urbanismo rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a criação de um núcleo urbano planejado denominado de Nova Marabá. A inserção de Marabá no urbanismo rural se deu como rurópolis, assumindo a posição de liderança na hierarquia urbana proposta pelo governo federal, responsável por polarizar as agrópolis, de perfil intermediário, e as agrovilas, que estariam na base da hierarquia urbana proposta. Nas décadas mais recentes, sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988, que definiu a política urbana no Brasil nos artigos 182 e 183, regulamentados no ano de 2001 com o Estatuto das cidades, Marabá assume a gestão da política de desenvolvimento urbano, provocando uma ruptura com o modelo de planejamento centralizador do período anterior. Nesse sentido, problematizamos: os instrumentos da política de desenvolvimento urbano mais recentes, vinculados ao Estatuto da cidade, que promovem a descentralização da gestão, relacionam os problemas e questões urbanos com os de natureza rural e regional presentes no município de Marabá? Para essa investigação, os seguintes procedimentos metodológicos estão em andamento: revisão bibliográfica associados à geografia urbana e regional, à sociologia urbana, ao planejamento urbano e ao planejamento regional; levantamento bibliográfico de trabalhos acadêmicos e técnicos sobre Marabá e Sudeste do Pará, assim como de pesquisas sobre a produção do espaço amazônico, com ênfase nos processos de urbanização; levantamento de dados secundários (estatísticas populacionais, de dinâmicas econômicas e sociais) de Marabá e Sudeste do Pará; realização de entrevistas individuais com questões semiestruturadas com técnicos e representantes do poder, bem como com representantes da sociedade que já compuseram ou ainda compõem o conselho gestor do plano diretor de Marabá. No corpo deste trabalho, apresentaremos parte da revisão bibliográfica realizada.

Palavras-chaves: Política Urbana; Planejamento Regional; Marabá.

Abstract

¹ Discente do programa de pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. E-mail de contato: gleicecosta@unifesspa.edu.br



XIII ENANPEGE

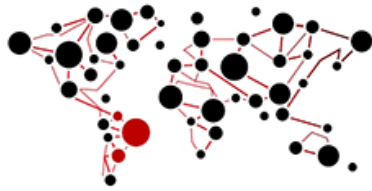
A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

This work aims to highlight the inclusion of the municipality of Marabá, in the State of Pará, in the policies of urban and regional development projected for the Amazon from the 1970s, highlighting the relationship between urban, agrarian and regional dynamics in these policies. This relationship is strengthened by its status as a regional city in the context of the Eastern Amazon, which had its formation with the importance of extractive socioeconomic expressions of rubber elastic and chestnut of Pará, in a first period, and with the arrival of the highways, colonization projects, logging, agriculture and mineral projects since the 1970s. In this context, Marabá became a national security area and the political actions focused on the urban space of greater importance were the implementation of the model of urbanism rural development of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) and the creation of a planned urban nucleus called New Marabá. The insertion of Marabá into rural urbanism. The insertion of Marabá into rural urbanism occurred as rurópolis, assuming the position of leadership in the urban hierarchy proposed by the federal government, responsible for polarizing agropolis, with intermediate profile, and agrovilas, which would be at the base of the proposed urban hierarchy. In recent decades, especially after the promulgation of the 1988 Constitution, which defined urban policies in Brazil in Articles 182 and 183, which were regulated in 2001 with the City Statute, Marabá assumes the management of urban development policy, rupture with the centralizing planning model of the previous period. In this sense, we problematize: do the most recent instruments of urban development policy, linked to the City Statute, which promote decentralization of management relate urban problems and issues to those of a rural and regional nature present in the municipality of Marabá? For this research, the following methodological procedures are underway: bibliographical review associated with urban and regional geography, urban sociology, urban planning and regional planning: bibliographical survey of academic and technical works on Marabá and Southeast of Pará, as well as research on the production of the of the Amazonian space, with emphasis on urbanization processes; survey of secondary data (population, economic and social dynamics statistics) of Marabá and Southeast of Pará; conducting individual interviews with semi-structured questions with technicians and representatives of the power, as well as with representatives of the society that have already composed or still comprise the managing board of the master plan of Marabá. In the body of this work, we will present part of the literature review.

Keywords: Urban Policy; Regional Planning; Marabá.

1 - Introdução

Este artigo tem o objetivo de analisar o município de Marabá, no Estado do Pará, no contexto de sua inserção nas políticas de desenvolvimento regional projetadas para a Amazônia a partir da década de 1970, destacando a relação entre as dinâmicas urbanas, agrárias e regionais presentes nessas políticas com base nos modelos de desenvolvimento urbano que foram concebidos, a saber, o urbanismo rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o núcleo urbano planejado da Nova Marabá com base em Almeida (2009), Tourinho (1991), Coelho *et alii* (2006), Cardoso e Lima (2009) e Velho (1972) como parte da bibliografia consultada para este objetivo.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

Esse percurso de exposição dá subsídio para a investigação da hipótese de pesquisa em andamento de que os instrumentos da política de desenvolvimento urbano implementados em Marabá a partir dos anos 2000, apesar da maior participação da sociedade, tendo em vista a descentralização da gestão, não relacionam os problemas e questões urbanos com os de natureza rural e regional, provocando uma ruptura com o planejamento urbano desenvolvido nas décadas de 1970 e 1980.

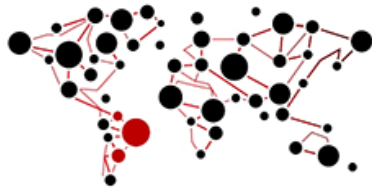
2 - A inserção de Marabá nas políticas de desenvolvimento urbano e regional projetadas para a Amazônia

A partir da década de 1960, a Amazônia passou por um processo de planejamento regional, comandado inicialmente pelo Estado e, posteriormente também pela iniciativa privada, o que provocou mudanças na estrutura espacial da região. Para que os grandes projetos (mínero-metalúrgicos, agropecuários e complexos industriais) pudessem ser implementados, houve a necessidade da criação de redes de infraestrutura (rede rodoviária, rede de telecomunicações, rede urbana e rede hidroelétrica) que se intensificam na década de 1970.

Em 1971 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, um desdobramento do Plano Nacional de Desenvolvimento, em que se reprisaram algumas diretrizes do Plano de Integração Nacional no que se refere à necessidade de integração e complementaridade das economias da Amazônia e do Nordeste. O Plano tinha como estratégia promover o progresso de novas áreas e a ocupação de espaços vazios (COELHO *et alli*, 2003).

A construção da rodovia Transamazônica e a implantação de núcleos de colonização no seu traçado resultam dessa política. Essa rodovia impulsionou processos de reestruturação espacial e de mudanças demográficas e econômicas na Amazônia brasileira (COELHO *et alli*, 2003).

De acordo com Cardoso e Lima (2009), a rodovia Transamazônica constituiu-se em vetor de instalação de cidades na região amazônica, do ponto de vista tanto econômico quanto espacial. No caso do município de Marabá, ela se tornou central



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

para a sua estruturação, facilitando a construção de um bairro planejado em um novo núcleo urbano denominado Nova Marabá e a expansão espontânea e planejada na forma de loteamentos em um terceiro núcleo urbano, denominado Cidade Nova.

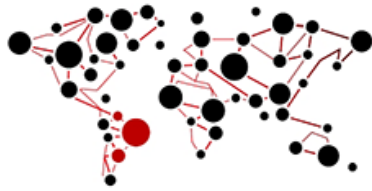
Segundo Rego (2016), as cidades criadas ao longo da rodovia Transamazônica nos primeiros anos da década de 1970 eram parte de um plano governamental de integração nacional e desenvolvimento da Amazônia que incluía colonização, reforma agrária e assentamento de colonos migrantes.

A maior parte dessas cidades foram criadas a partir do urbanismo rural, que foi uma ideia proposta pelo arquiteto e urbanista José Geraldo da Cunha Camargo como estratégia de colonização da região amazônica (desde Estreito no Maranhão até Itaituba no Pará) para o Ministério da Agricultura (CARDOSO; LIMA, 2009).

A proposta baseava-se na experiência acumulada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e por setores correlatos do Ministério da Agricultura, desde a experiência dos Núcleos Coloniais Oficiais, implantados em 1956. O urbanismo rural ou planejamento urbano-rural consistia em uma estratégia de colonização da Amazônia, baseada no conhecimento técnico da área (pedologia, topografia, cobertura vegetal etc.), no planejamento físico-espacial, sociocultural e econômico, visando ao desenvolvimento integrado do meio rural (CARDOSO; LIMA, 2009, p. 164).

De acordo com Cardoso e Lima (2009), o projeto previa a doutrinação dos novos moradores com o objetivo de garantir o controle social das novas comunidades, a assistência técnica para orientar os colonos a usar a terra que recebiam e a hierarquização da ocupação humana.

A hierarquização consistia em: lotes agrícolas, dependendo das condições de topografia, clima, solo e grau de tecnologia a ser adotado; agrovila ou comunidade rural, para abrigar até 1500 habitantes; agrópolis ou bairro rural, para abrigar de 1500 a 3000 habitantes em lotes de 125 hectares; e rurópolis ou centro urbano, dotado de equipamentos urbanos, zona industrial, lotes urbanos e lotes para rurícolas, que abrigaria 20.000 habitantes e funcionaria como sede de uma ampla comunidade rural (CARDOSO; LIMA, 2009).



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

O modelo teórico de Camargo foi proposto em 1963 na forma de um diagrama para a criação de cidades atreladas à zona rural. Nesse modelo, há um grupo de cidades interligadas, organizadas a partir de uma estrutura hierárquica que contém agrovilas orbitando ao redor de núcleos urbanos maiores, as agrópolis, que, por sua vez, estão distribuídas ao redor de uma cidade, com todas elas circundadas por áreas agrícolas (REGO, 2016).

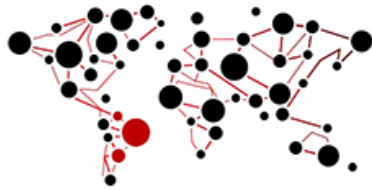
Rego (2016) mostra que Camargo adaptou este diagrama para uma estrutura menos centralizada e mais linear, atendendo à situação específica da distribuição das formas urbanas ao longo de rodovias e estradas. No novo diagrama, as agrovilas orbitam ao redor das agrópolis em área com diâmetro de aproximadamente 10 km. E estes conjuntos de agrovilas e agrópolis se repetem ao longo do eixo rodoviário em uma extensão que varia de 70 a 120 km e na qual se encontra uma rurópolis, o núcleo urbano hierarquicamente superior à agrópolis.

Sobre o aspecto da migração, os levantamentos de Rego (2016) constataram que os grupos mais numerosos de colonos inicialmente assentados pelo INCRA ao longo da Transamazônica vieram da própria região Norte e do Nordeste, e, em menor quantidade, do Sul e do Centro do Brasil. Somente alguns anos mais tarde, o grupo de nordestinos passou a ser efetivamente o maior entre os colonos.

O autor constatou também que o mais importante fluxo de migrantes para a região da Transamazônica resultou da migração campo-campo dentro do próprio estado do Pará e que o segundo maior fluxo foi o de nordestinos que já haviam migrado para o Sul e então retornavam para mais perto da terra natal, em um segundo movimento migratório.

Cardoso e Lima (2009) concluem que, da concepção espacial (e teórica) de Camargo para as agrovilas da Transamazônica, restaram apenas influências, como a definição da localização e a determinação do INCRA para que a ocupação ocorresse apenas em um lado da rodovia.

O projeto foi abandonado e Rego (2016) arrola entre os motivos: devido ao traçado geométrico, houve: a abertura de cidades em sítios pouco adequados topograficamente e alguns lotes rurais acabaram sem acesso direto aos cursos



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

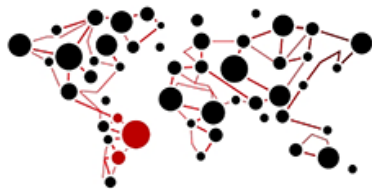
d'água; a distância entre a agrovila e a lavoura: muitos colonos preferiram morar no lote rural para que toda a família pudesse ajudar no trabalho da roça e os equipamentos e animais pudessem ficar protegidos; a inexistência da infraestrutura originalmente prevista, entre elas, as edificações públicas; as questões ambientais: solos pobres e chuvas excessivas; a seleção de colonos pouco adequada; e a falta de revisões e adaptações que só a vivência do real poderia fazer. No âmbito político, o desbravamento da região resultou na criação de novos municípios alinhados ao longo da rodovia.

Além das questões específicas que levaram ao abandono do projeto de colonização do urbanismo rural do INCRA já destacadas, o governo federal passou a fomentar projetos que implicaram no investimento de grandes quantidades de capitais, desprezando as estruturas camponesas como força social capazes de dinamizar a economia regional, papel atribuído à grande empresa (COELHO *et alii*, 2003).

Nesse contexto, são abandonadas as iniciativas de colonização dirigida e o governo adotou os polos de crescimento econômico e complexos industriais motrizes como estratégias de modernização regional que marcaram e marcam a história recente da Amazônia. Coelho *et alii* (2003) ressaltam que, em 1974, o governo federal criou o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), prevendo a implantação de diversos polos de desenvolvimento na Amazônia brasileira, com destaque para a produção mineral. Com isso, eles destacam que:

pretendia o governo federal direcionar os impactos da política de incentivos fiscais para áreas geográficas selecionadas, concentrando nelas também suas ações de construção de infraestrutura, com a finalidade de propiciar investimentos massivos e espacialmente concentrados (COELHO *et alii*, 2003, p.663).

Foram projetados 15 polos de desenvolvimento, entre eles o polo Carajás, que atingiu uma área de 88.300 km², formada pelos municípios de Marabá, São João do Araguaia, Conceição do Araguaia, São Félix do Xingu e Santana do



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

Araguaia. Para este polo se previa a dinamização do acesso a produtos naturais, como a exploração da madeira, além da estruturação de um sistema que garantisse a exploração mineral de Carajás, com a ativação da mina e a construção da ferrovia (COELHO *et alii*, 2003).

Este polo estava vinculado ao Programa Grande Carajás (PGC), baseado em quatro grandes projetos: a mina de ferro na Serra dos Carajás², duas fábricas de alumínio (Albras e Alumar) no município de Barcarena e a Hidrelétrica de Tucuruí, no município homônimo (COELHO *et alii*, 2003).

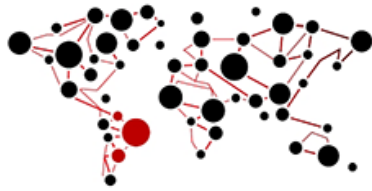
A descoberta de minério de ferro em Carajás tornou o município de Marabá uma área de interesse estratégico para o governo federal. A cidade deveria dar suporte ao trabalho de exploração da mina no sentido de oferecer serviços e mão de obra. Para facilitar essa demanda, foi planejada a construção de uma nova cidade, com pretexto inicial de assentar a população atingida pelas enchentes³ do núcleo pioneiro de Marabá.

Sob o pretexto de dar uma solução ao problema das enchentes dos rios Tocantins e Itacaiúnas, o Governo Federal planejou a construção de uma nova cidade em local seguro em relação às inundações: a Nova Marabá. Em função dos projetos governamentais, inclusive a perspectiva da exploração do minério de ferro na Serra dos Carajás, aumentou o fluxo migratório em direção ao município, sobretudo após a abertura da Transamazônica no início da década de 1970 e do projeto de colonização dirigida às margens dessa mesma rodovia. A sede municipal não dispunha de espaço para absorver esse fluxo, provocando o surgimento espontâneo de outros núcleos próximos à cidade, como a Vila Transamazônica, ao mesmo tempo em que o projeto da Nova Marabá sofria alterações na planta urbanística (ALMEIDA, 2009, p. 169).

Em 1970, foi elaborado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), autarquia vinculada ao Ministério do Interior, um relatório que

² A Serra dos Carajás pertencia ao município de Marabá até 1988 e passou a se vincular ao município de Parauapebas no mesmo ano, por ocasião de seu desmembramento.

³ O núcleo pioneiro da cidade de Marabá se localiza em um sítio desfavorável com inundações anuais. Esse fator, somado às enchentes que acontecem em maiores proporções de vinte em vinte anos, quando coincidem as cheias dos rios Tocantins, Itacaiúnas e Araguaia, provocam deslocamentos temporários da população para partes mais altas da cidade (VELHO, 1972).



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

destacava a necessidade de um desmembramento da cidade que deveria ser urgente, em função dos problemas das enchentes e do esgotamento do espaço urbano, inadequado para o processo de crescimento esperado para Marabá (ALMEIDA, 2009).

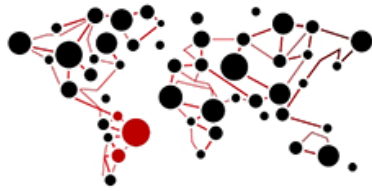
Uma concorrência pública promovida pelo SERFHAU, deu ao escritório de arquitetura de São Paulo, Arquiteto Joaquim Guedes e Associados, a tarefa de elaborar um plano urbanístico para a cidade, que ficou pronto em 1973: o Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá (PDUM).

De acordo com Tourinho (1991), o PDUM tinha como objetivos: a) apoiar as intervenções estatais realizadas; b) atender aos interesses do grande capital envolvido no Projeto Carajás; c) abrir novas frentes de trabalho para as empreiteiras; d) absorver excedentes populacionais e posteriormente redistribuí-los para a região; e) abrigar contingentes que não conseguiram ser alocados nos programas de colonização; f) obter apoio da população para a legitimação do poder instituído, por meio da oferta de lotes urbanizados em áreas livres de enchentes com intuito de evitar o apoio ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e aos militantes da Guerrilha do Araguaia (foco guerrilheiro na área).

Essa intervenção foi facilitada com o Decreto-Lei 1.113 de 30/10/1970, no qual Marabá foi declarada área de segurança nacional. Seus prefeitos passaram a ser indicados pelo Governo do Estado e referendados pelo Conselho de Segurança Nacional.

Já em 1971, o Capitão Elmano Melo foi nomeado prefeito de Marabá e tinha como funções, de acordo com Tourinho (1991), colaborar na formulação do Termo de Referência para o plano do núcleo urbano; promover a desocupação da área necessária à implantação desse núcleo; e, doar para o governo federal proceder à implantação da nova cidade a área em foco.

Devido à extinção do SERFHAU no início de 1974, o PDUM foi abandonado sem que a população de Marabá fosse esclarecida. Com isso, um novo projeto urbanístico cuja implantação aparentemente não ficaria tão custosa foi elaborado por outro escritório de arquitetura: o H. J. Cole + Associados do Rio de Janeiro. O



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

abandono do PDUM foi justificado pelo fato de que tinha sido dimensionado para uma população de 50 mil moradores e a previsão era de que Marabá teria, em meados da década de 1980, pelo menos 100 mil moradores. Optou-se, dessa vez, por um projeto desconcentrado que pudesse absorver esse crescimento populacional maior (ALMEIDA, 2009).

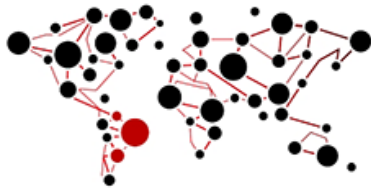
Com isso, em 1975 foi elaborado o Plano de Expansão Urbana de Marabá (PEUM) apresentado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1976. A concepção urbanística do PEUM, baseado em uma estrutura vegetal, lembrava uma árvore, onde os troncos seriam os eixos viários periféricos, os galhos o sistema viário principal de penetração e as folhas as comunidades localizadas. Segundo Almeida (2009), era uma linha de arquitetura muito adotada no início da década de 1970. A ideia do escritório de arquitetura H. J. Cole + Associados era de que essa planta permitisse a expansão futura da cidade de modo sistematizado, sendo mantido o contato com a floresta por meio de áreas de preservação.

De acordo com Almeida (2009, p. 179):

Cada folha seria uma “comunidade estanque” ou uma espécie de pequeno bairro, onde se pretendia aplicar o conceito daquilo que se chamou estranhamente de “assentamento espontâneo orientado”. Em cada folha deveria existir um núcleo de comércio e de serviços, capaz de gerar uma demanda que permitiria o crescimento econômico e da produção.

Cada família teria um lote para a construção da casa. Estas deveriam obedecer a uma arquitetura adequada com a ecologia da região, sendo afastadas umas das outras. Apenas 40% do terreno deveria ser ocupado, fazendo com que as folhas suportassem as pressões vindas do adensamento a partir do crescimento da cidade e da procura por mais terrenos. Tratava-se de uma normatização que contrariava as características dos antigos bairros de Marabá, onde as casas eram geminadas e o grau de adensamento era alto, facilitando o contato entre as famílias (ALMEIDA, 2009).

Cardoso e Lima (2009) revelam que os critérios estabelecidos acima não foram obedecidos devido ao desvirtuamento da proposta original que se deu tanto nas folhas que já teriam sido ocupadas por ocasião da transferência quanto nas



XIII ENANPEGE

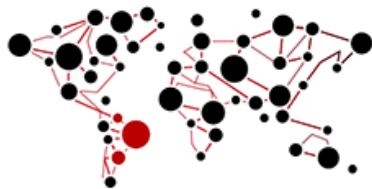
A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
 produção, circulação e apropriação do conhecimento
 DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

folhas ocupadas posteriormente. Para completar o insucesso do PEUM, a SUDAM abandonou o projeto de implantação da Nova Marabá, da mesma forma que o governo federal retirou seus investimentos da região amazônica. A área foi transferida para o município, assim como a incumbência de garantir a ocupação ordenada das folhas não implantadas.

Para resumir a análise dos modelos de desenvolvimento urbano implementados em Marabá a partir da década de 1970 (o urbanismo rural e o núcleo urbano planejado da nova Marabá), elaboramos o quadro 01, destacando suas caracterizações e objetivos.

Quadro 01: Modelos de desenvolvimento urbano implementados em Marabá

Modelos	Ano de proposição	Contexto político e econômico	Caracterização	Objetivos	Evolução no tempo
Urbanismo rural ou planejamento urbano-rural	1972	<ul style="list-style-type: none"> - Ditadura civil militar: Marabá como área de segurança nacional; - Rodovias como eixos de circulação privilegiados; - Política de integração e colonização da Amazônia; 	<ul style="list-style-type: none"> - Integração cidade campo como esquema de colonização; - Incorporou as premissas da cidade funcional; - Rede e hierarquia urbana: Rurópolis, Agrópolis e Agrovila e lotes agrícolas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Assentar famílias do Nordeste; - Controlar o colono e sua vida em comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Foi abandonado como fracasso poucos anos depois de iniciado; - Formação de algumas cidades ao longo da rodovia Transamazônica
Cidade planejada (Nova Marabá)	1975	<ul style="list-style-type: none"> - Ditadura civil militar: Marabá como área de segurança nacional; - Investimentos econômicos concentrados em polos de desenvolvimento (polo Carajás) 	<ul style="list-style-type: none"> Núcleo urbano planejado na forma da árvore “castanheira”, com uma malha de avenidas que representam os “galhos” e contém as “folhas”, 	<ul style="list-style-type: none"> - Abrigar contingentes que não conseguiram ser alocados nos programas de colonização; - absorver excedentes populacionais 	<ul style="list-style-type: none"> - A SUDAM abandonou o projeto com abertura da malha urbana e demarcação das “folhas”, mas sem outras infraestruturas, transferindo a área para o município de



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
 produção, circulação e apropriação do conhecimento
 DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

			destinadas a fins habitacionais e comerciais.	e posteriormente e redistribuí-los para a região; - reassentar os moradores do núcleo pioneiro atingido por enchentes anuais.	Marabá.
Planejamento urbano do Estatuto da cidade	1990	- Redemocratização política; - Descentralização da gestão de políticas.	- Instrumentos do planejamento e da gestão urbana.	- Função social da propriedade.	- Em fase de avaliação.

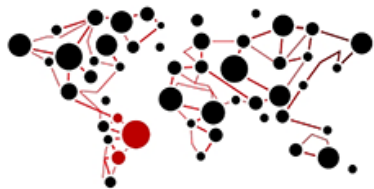
Organização: COSTA, G.K.G.

Fontes: Cardoso e Lima (2009); Rego (2016); Tourinho (1991).

O modelo de urbanismo rural buscou integrar as dinâmicas urbanas com as rurais e as regionais como modelo de desenvolvimento a partir da base econômica da agricultura a ser comandada pelos imigrantes camponeses de outras regiões do Brasil, sobretudo do Sul e do Nordeste. Essa atividade econômica só seria possível a partir da articulação com os serviços presentes nas áreas urbanas, reforçando suas centralidades na dinâmica regional.

Já o modelo de cidade planejada que se tentou implementar em Marabá, cuja herança atual reside muito mais na forma do que no conteúdo almejado no contexto da década de 1970, guardou relações com as dinâmicas regionais pela necessidade de abrigar os contingentes populacionais de imigrantes atraídos pelos projetos de mineração da região.

O quadro 05 destaca ainda um terceiro modelo, que é o planejamento urbano do Estatuto da cidade, cujas características e evolução no tempo ainda não estão completamente descritas porque é o que será analisado no desenvolvimento da tese. Importa considerar, em um primeiro momento, que as ideias até aqui desenvolvidas consideram a particularidade urbana de Marabá revelada em sua



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

ligação com seu entorno regional por sua centralidade econômica e política, construída historicamente.

3 - Considerações finais

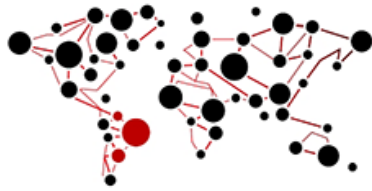
Essas reflexões sobre as relações urbano-rurais-regionais da realidade urbana de Marabá nos inspiram a pensar sobre a necessidade de políticas públicas que atendam às suas demandas. Isso porque acreditamos que as políticas urbanas podem e devem ter um caráter mais plural.

Hoje, a política urbana no Brasil é definida nos artigos 182 e 183 da Constituição de 1988. Neles estão contidas as suas diretrizes. O 182 foi regulamentado por meio da lei nº 10.257, que é o Estatuto da Cidade, e o 183 foi regulamentado por meio da Medida Provisória, nº 2.220, baixada pelo Presidente da República em setembro de 2001 (SOUZA, 2008).

Com a definição dessa política urbana, emerge um planejamento voltado aos espaços locais, tendo a cidade e o município como referências, cujo objetivo é a busca do desenvolvimento local em consonância com um projeto regional e nacional (com seus princípios definidos nacionalmente, sobretudo no Estatuto da cidade).

Entendemos o avanço dessa política, sobretudo quando estabelece a necessidade da elaboração de um Plano Diretor⁴ municipal para as cidades que possuem mais de 20.000 (vinte mil) habitantes. Com tal exigência, e embora esse instrumento siga as diretrizes nacionais, identificamos uma maior aproximação da realidade local, consolidando a aproximação entre governo e sociedade civil, sobretudo com os instrumentos da democratização da gestão urbana (conselhos municipais, fundos municipais, gestão orçamentária participativa, audiências e consultas públicas, conferências municipais, iniciativa popular de projetos de lei, referendo popular e plebiscito). No entanto, problematizamos os limites deste

⁴ É o instrumento legal que tem a tarefa de operacionalizar as diretrizes do Estatuto da Cidade (lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) nas cidades com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes. Tal instrumento, no município de Marabá, foi efetivado por meio da Lei nº 17.213, de 09 de outubro de 2006, que, entre outras coisas, instituiu o Plano Diretor Participativo do Município e criou o Conselho Gestor do Plano.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

instrumento em realidades urbanas como a de Marabá por suas ligações com as dinâmicas regionais e agrárias.

4 - Referências

ALMEIDA, J. J. A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais (1970-2000). **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 11, n. 20, p. 167-188, jul./dez. 2009.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. **Novos Cadernos Naea**, v. 12, n. 1, p. 161-192, jun. 2009.

COELHO, M. C. *et alii*. Estratégias de modernização na Amazônia e a (re)estruturação de municípios: o caso da implantação de empresas minero-metalúrgicas e de energia elétrica. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: UNESP, 2003. pp. 657-694.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

REGO, R. Utopia e urbanismo funcionalista na Transamazônica. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, XIV, 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Seminário de História da cidade e do urbanismo, 2016.

TOURINHO, H. L. Z. **Planejamento urbano em área de fronteira econômica: o caso de Marabá**. 482 f. 1991. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1991.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.